



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

RESOLUÇÃO Nº 21.878

CONSULTA Nº 1.062 - CLASSE 5ª - DISTRITO FEDERAL (Brasília)

Relator: Ministro Carlos Velloso.

Consulente: Luiz Carlos Jorge Haully, deputado federal

CONSULTA. ELEIÇÕES 2004.
IMPOSSIBILIDADE DE TRANSFERÊNCIA DE
RECURSOS ENTRE ENTES FEDERADOS
PARA EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO
QUE NÃO ESTEJA EM ANDAMENTO NOS
TRÊS MESES QUE ANTECEDEM O PLEITO.
INCIDÊNCIA DA VEDAÇÃO DO ART. 73, VI, a,
DA LEI Nº 9.504/97.

DECISÃO REFERENDADA PELA CORTE.

Vistos, etc.,

Resolvem os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, referendar a decisão proferida pelo Ministro Sepúlveda Pertence, nos termos do voto do relator, que fica fazendo parte integrante desta decisão.

Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral.

Brasília, 12 de agosto de 2004.

Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, presidente em exercício

Ministro CARLOS VELLOSO, relator

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO CARLOS VELLOSO: Sr. Presidente, trata-se de consulta formulada pelo Deputado Federal Luiz Carlos Jorge Hauly (fl. 3):

"(...)

Hipoteticamente, será possível que, nos três meses que antecedem o pleito, se realize transferência de recursos para a execução de obra ou serviço que não esteja em andamento, conforme estabelece a Lei nº 9.504, de 1997, art. 73, VI, "a", tendo em vista a edição do referido Parecer, aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República?"

Em 7.7.2004, o Exmo. Min. Presidente, Sepúlveda Pertence, por força do art. 17 do RITSE, respondeu, *ad referendum*, negativamente à indagação, em proficiente decisão de fls. 37-49, da qual destaco parte final:

"(...)

42. De tudo, ***ad referendum*** do Tribunal, respondo **negativamente** à consulta para assentar que, por força do disposto no art. 73, VI, a, da L. 9504/97, é vedado à União e aos Estados, até as eleições municipais, a transferência voluntária de recursos aos Municípios – ainda que constitua objeto de convenio ou de qualquer outra obrigação preexistente ao período – quando não se destinem à execução **já fisicamente iniciada** de obras ou serviços, ressalvadas unicamente as hipóteses em que se faça necessária para atender a situação de emergência ou de calamidade pública".

É o relatório.

VOTO

O SENHOR MINISTRO CARLOS VELLOSO (relator): Sr. Presidente, proponho que a decisão seja referendada.

EXTRATO DA ATA

Cta nº 1.2DF. Relator: Ministro Carlos Velloso. Consulente: Luiz Carlos Jorge Haulu, deputado federal.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, referendou a decisão proferida pelo Ministro Sepúlveda Pertence, nos termo do voto do relator. Ausente o Ministro Gilmar Mendes.

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Sepúlveda Pertence. Presentes os Srs. Ministros Carlos Velloso, Francisco Peçanha Martins, José Delgado, Luiz Carlos Madeira, Gerardo Grossi e o Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, vice-procurador-geral eleitoral.

SESSÃO DE 12.8.2004

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico a publicação desta resolução no Diário da Justiça de 16 /09/04* fls. 76.

Eu, _____, lavrei a presente certidão.